



INSTITUTO
UNIBANCO

BOLETIM

Nº 4 | FEV. 2021

Educação no Congresso

Boletim mensal do Instituto Unibanco apresenta síntese analítica de temas e matérias parlamentares em trâmite relacionadas à educação pública brasileira com o objetivo de contribuir para o entendimento da dinâmica e processos em andamento, identificando o posicionamento de atores e instituições.



Eder Chiodetto

NOVO FUNDEB

Após polêmicas, regulamentação do Novo Fundeb é avaliada positivamente pela sociedade civil

Entre os pontos mais debatidos, emendas na Câmara dos Deputados tentaram incluir repasses para filantrópicas e profissionais. Senado retomou o texto-base e garantiu totalidade dos recursos para a rede pública.

Acordo entre líderes foi fundamental para que o texto-base do deputado Rigoni(PSB-ES) fosse aprovado

O Novo Fundeb tornou-se permanente e maior, além de mais justo e eficiente, ao ser aprovado como emenda constitucional. Contudo, pontos importantes precisavam ser regulamentados a partir de lei ordinária, com complexo debate técnico e o necessário consenso federativo – [como Educação no Congresso já havia abordado](#).

Com relatoria do deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES) e costurado entre líderes, texto-base do PL 4372/2020 foi aprovado na Câmara por unanimidade, mas com destaques polêmicos. No Senado, o texto-base original foi resgatado, sendo aprovado sem as emendas incluídas pelos deputados. Na volta para a Câmara, mantido e aprovado. Presidente promulgou sem alterações.

VEJA AS PRINCIPAIS REGRAS QUE FORAM FOCO DO ACORDO ENTRE OS LÍDERES E O QUE ESTABELECEM:



● NOVAS PONDERAÇÕES E INDICADORES INICIARÃO EM 2022

Será mantida, em 2021, a distribuição atual de recursos por meio da soma ponderada de matrículas em cada rede educacional. Já os novos indicadores e ponderações serão especificados e aprovados pela Comissão Intergovernamental, com fundamento em estudos técnicos a serem realizados pelo Inep, até o dia 31/10/2021.



● FORTALECIMENTO DO MONITORAMENTO E CONTROLE

Os conselhos de acompanhamento e controle social ganham mais representantes da sociedade. O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) e sua interoperabilidade com a matriz de saldos contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional e outros sistemas eletrônicos de transparência e controle financeiro serão fortalecidos.



● ADMISSÃO DO CÔMPUTO DAS MATRÍCULAS DAS ESCOLAS FILANTRÓPICAS, COMUNITÁRIAS E CONFESSIONAIS COMO BENEFICIÁRIAS DOS RECURSOS DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Manteve a situação da lei vigente, devido às dificuldades do poder público de garantir, de forma universal, a etapa da educação infantil e as modalidades da educação especial, do campo e profissional e tecnológica (em nível de habilitação técnica correspondente ao ensino médio), que têm suas especificidades.



● NOVO INDICADOR DA DESTINAÇÃO DE 50% DO VAAT PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Novo indicador levará em consideração a necessidade de oferta das redes de ensino, decorrente do deficit de cobertura. Assim, o percentual de aplicação será maior para municípios com menor cobertura e menor para aqueles com maior cobertura. Será aplicado de forma gradativa.

Destaques aprovados na Câmara causaram polêmica e reações da sociedade civil

Os destaques parlamentares aprovados na Câmara, que inseriam o Sistema S e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas na distribuição de recursos, causaram forte e imediata reações da sociedade civil. Esta pressão impactou diretamente a votação do Senado e no retorno à Câmara, retomando e aprovando o texto-base costurado pelos líderes. Veja os pontos que foram mais abordados no debate público:



DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SISTEMA S E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, CONFSSIONAIS OU FILANTRÓPICAS

A distribuição de recursos para além das escolas públicas - como o Sistema S e as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas - foi o principal ponto de debate entre os parlamentares. Partidos e parlamentares da base do governo e do espectro político mais à direita tenderam a ampliar as possibilidades de destinação de recursos a estas instituições. Já os partidos e parlamentares da oposição e do espectro ideológico mais à esquerda tenderam a restringir estas possibilidades. Texto final manteve destinação exclusiva para rede pública.



AMPLIAÇÃO DAS CATEGORIAS CONTEMPLADAS PELOS RECURSOS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Novo Fundeb ampliou para 70% dos recursos o uso mínimo para o pagamento de profissionais do magistério. E o texto-base do projeto de regulamentação incluía psicólogos e assistentes sociais. Destaque aprovado na Câmara ampliava as categorias contempladas para “os terceirizados e os profissionais de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos”, limitados a 10% do total de matrículas do Ensino Fundamental e Médio. Lei aprovada manteve as categorias estabelecidas pelo texto-base do projeto.

Posicionamento das organizações de advocacy

A pesar de críticas estarem presentes na maior parte dos posicionamentos, notas públicas sobre a 1ª votação na Câmara apontaram nuances nessas interpretações: desde opiniões de que mudanças, apesar de retrocessos, não inviabilizaram a operacionalização até que eram agressões à Constituição. Posicionamentos sobre texto final salientaram aprovação como vitória da educação pública e diferentes instituições indicaram suas contribuições.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO



1ª VOTAÇÃO CÂMARA

“O PL original não atendia a totalidade dos pontos para fazer o Fundeb funcionar em 2021, mas o substitutivo apresentado pelo Dep. Felipe Rigoni (PSB-ES), sim. (...) No entanto, o repasse de recursos para a rede conveniada de EF e EM e a inclusão dos terceirizados e os profissionais de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas no conceito de Profissionais da Educação, pontos que fomos contra, representam uma derrota para a escola pública. Esses dois pontos não inviabilizam a operacionalização do Fundeb em 2021 e o saldo do PL, até aqui, é positivo.”

Análise Institucional (11/12/2020)

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

“O avanço de conveniamentos e o aprofundamento de privatizações da educação, incluindo a possibilidade de parcerias com instituições privadas de Ensino Técnico de Nível Médio, como Sistema S, e a inclusão das matrículas de ensino fundamental e médio ofertadas pelas filantrópicas, comunitárias e confessionais, é um esgarçamento constitucional, que atenta contra os parágrafos 3º do art. 212 e o 1º do art. 213 da Constituição (...)”

Carta à Sociedade Brasileira (11/12/2020)

CNTE

“As consequências da votação do FUNDEB na Câmara Federal são desastrosas para a educação brasileira, pois comprometem os objetivos de ampliação das matrículas com qualidade em todas as etapas e modalidades do ensino básico. (...) Os municípios de menor porte e dos rincões do país continuarão penalizados. (...) Diante da gravidade da situação, reiteramos o pedido para que o FUNDEB seja regulamentado, num primeiro momento, através de Medida Provisória, com posterior análise mais acurada e serena do Congresso Nacional.”

Nota Pública (13/12/2020)



APROVAÇÃO FINAL CONGRESSO

“A partir de 2021, a Educação poderá contar com um mecanismo de financiamento melhor e mais justo, que leva mais recursos a redes de ensino mais pobres. Precisamos ressaltar que o Todos Pela Educação trabalhou fortemente para a construção do texto-base (...) e foi contra diversos pontos negativos. Apesar de termos sido atacados injustamente por grupos específicos, parabenizamos à sociedade pela mobilização.”

Vitória da educação! Novo Fundeb, maior, melhor e mais justo, funcionando em 2021! (17/12/2020)

“A regulamentação respeitou a demanda da Campanha Nacional pelo Direito à Educação de não permissão de desvios de R\$ 15,9 bilhões para o setor privado, respeitando a Constituição Federal de 1988 e a EC 108/2020, do Fundeb, aprovada em agosto deste ano. O texto final fortalece a escola pública e é mais um passo decisivo para a garantia da educação pública, gratuita e de qualidade no país. Essa vitória só foi possível porque o Senado Federal ouviu a demanda da Campanha e da comunidade educacional.”

Carta à Sociedade Brasileira: Vitória da Escola Pública (17/12/2020)

“A conquista do FUNDEB com recursos públicos voltados majoritariamente para a educação pública é uma vitória. (...) Porém, a regulamentação do novo FUNDEB ainda carece de vários dispositivos que deverão ser aprovados pelo Congresso no próximo ano, com destaque para os fatores de ponderação das matrículas (critério VAAF) e os novos indicadores de distribuição interfederativa (VAAT e VAAR), que serão decisivos para promover a qualidade com equidade. O Custo Aluno Qualidade é outra pendência legislativa que deverá ser regulamentada na Lei do Sistema Nacional de Educação.”

Nota Pública (18/12/2020)

Posicionamentos dos deputados sobre os PRINCIPAIS PONTOS DE DEBATE na Câmara na 1ª votação

Emenda 10, que direcionava recursos para instituições filantrópicas, confessionais e Sistema S, foi a mais citada.

A FAVOR



Dep. Luisa Canziani (PTB-PR)

“Gratidão! Hoje a @camaradeputados deu uma demonstração história de compromisso com a juventude brasileira. Nossa emenda, que inclui as matrículas de educação profissional de nível médio na distribuição dos recursos do FUNDEB, foi aprovada. Ainda, permitimos parceria com os serviços nacionais de aprendizagem para oferta do itinerário de formação técnica e profissional do ensino médio aos estudantes da rede pública.”

Perfil do Parlamentar no Twitter (10/12/2020)



Dep. Soraya Santos (PL-RJ)

“A emenda 10 foi fruto de um acordo feito sim para acolher estas entidades que foram precursoras no ensino de segundo grau de todo este país. As entidades filantrópicas, comunitárias e confessionais representaram ao longo dos anos toda a interiorização do segundo grau.”

Plenário da Câmara (10/12/2020)

CONTRA



Dep. Sâmia Bonfim (PSOL-SP)

“Se esse de fato fosse o projeto de regulamentação do Fundeb, nós votaríamos nele tranquilamente. No entanto, se trata da destruição do Fundeb. O elemento básico e fundamental que toda a sociedade brasileira compreende: verba pública para a educação deve ser para a educação pública. Se há deputados que têm relação com segmentos do empresariado, com o Sistema S e com grupos filantrópicos, que tenham. No entanto, tirem as garras da verba das escolas públicas.”

Perfil da bancada do PSOL na Câmara no Twitter (10/12/2020)



Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA)

“O governo fingiu apoiar o FUNDEB no pré-eleições. Passado o pleito, atacou violentamente a Educação pública. 10% dos recursos irá para o setor privado. No contra-turno das aulas, mais terceirizações e outros absurdos. Pelo menos garantimos o texto do piso, num destaque do PCdoB”

Perfil do Parlamentar no Twitter(10/12/2020)



Posicionamento dos parlamentares em relação ao TEXTO FINAL APROVADO no Congresso

A aprovação do texto-base, retomado pelo Senado e aprovado na 2ª votação da Câmara, foi amplamente comemorada. O Novo foi o único partido que liderança orientou pela não aprovação. No dia 25 de dezembro, o presidente da República sancionou sem vetos o PL 4372/2020, transformado assim na Lei Ordinária 14.113/2020.



Sen. Flávio Arns (Podemos-PR)

“A Câmara dos Deputados aprovou hoje o projeto de lei que regulamenta o repasse de recursos do Fundeb a partir de 2021. O texto manteve a versão que aprovamos no Senado, preservando as conquistas que valorizam a educação básica e seus profissionais. Na área da educação especial, também foi mantida a alteração que promovemos no sentido de se garantir que as entidades beneficentes da educação especial não sofressem qualquer prejuízo.”

**Perfil do parlamentar no Twitter
(15/12/2020)**

Bancada do NOVO na Câmara

“A bancada do NOVO é favorável ao Fundeb e prefere o texto de regulamentação aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados. O texto do Senado suprimiu avanços e impediu quebra do monopólio estatal sobre a educação pública. SIM ao Fundeb, mas NÃO ao texto do Senado.”

Perfil da Bancada no Twitter(10/12/2020)



Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES)

“FUNDEB APROVADO! Nos últimos dias, a educação brasileira ganhou o protagonismo que merece. Atuei como relator na regulamentação do novo Fundeb, projeto que movimentou Câmara e Senado em uma longa discussão. Ao final de dois meses de trabalho, conseguimos aprovar a ampliação bilionária dos recursos destinados à educação pública brasileira. Nosso relatório foi aprovado integralmente, em sua versão original, coroando um esforço de diálogo com dezenas de especialistas e com a sociedade.”

**Perfil do Parlamentar no Twitter
(17/12/2020)**

